

## Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Correio BrasileiroClass.: 1532Data: 16.08.85

Pg.: \_\_\_\_\_

# Funai e Ministério brigam por causa de índios

Situação dos Kaincuangue, em Santa Catarina, ameaçados por posseiros, é o pivô da crise

A questão dos índios Kaingangue, em Toldo Chimbangue, município de Chapecó-SC gerou ontem uma crise envolvendo a Funai e o Ministério da Reforma e Desenvolvimento Agrário. Numa nota à imprensa, o superintendente da Funai, Apoena Meireles, atribuiu ao Mirad "o quadro atual de perigo crescente na área de Toldo Chimbangue, onde posseiros ameaçam retirar 90 índios Kainguangue, usando, para obter esses objetivos, métodos que põem em perigo a integridade física dos indígenas".

Após lembrar que o risco de um conflito maior é iminente, Apoena Meireles acusou o Mirad de ter fugido de sua responsabilidade quando não cumpriu uma proposta aceita pelos índios, mediante negociação em meados do primeiro semestre deste ano, que visava a dar-lhes a área por eles reivindicada. A área foi reconhecida como indígena pela Funai, por sua imemorialidade.

O assessor do Mirad para assuntos indígenas, antropólogo João Pacheco, no entanto, classificou a nota como "uma agressão da Funai ao Mirad". Segundo ele, o que há por trás disso tudo, é a vontade do órgão indigenista de extinguir o **grupo** — grupo interministerial formado pelo Mirad, Minter e a própria Funai, para demarcar terras indígenas — para ter de volta só para si estas atribuições. "A Funai pegou o Mirad como bode expiatório para conseguir seus intentos", afirmou João.

## FUNAI

Segundo a Funai, uma reunião do **grupo** em maio passado reconheceu a imemorialidade das terras indígenas e determinou que a fundação enviasse à Sepian uma exposição de motivos requerendo uma indenização para as 160 famílias de colonos, algo em torno de Cr\$ 1 bilhão. Ao Mirad caberia solicitar os recursos para o reassentamento dos colonos.

Ao mesmo tempo, ainda segundo a Funai, os membros do grupo interministerial se comprometeram a aprovar a solicitação até o dia 14 de junho, com a assinatura do decreto demarcando a área de Toldo-

Chimbangue. "Porém, a ata do documento foi assinada apenas pelo Minter e Funai, ficando caracterizado a falta de interesse do Mirad na questão", diz um relatório da Fundação Nacional do Índio sobre o caso.

Já o representante do Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário nega a oficialidade da proposta da Funai. Segundo Pacheco, "a Funai encaminhou uma proposta com tantos problemas políticos que é como um cheque sem fundos, sem cobertura. É uma proposta irresponsável, porque ela quer desapropriar uma área sem ter recursos para a indenização dos colonos — inclusive das benfeitorias — nem para o reassentamento, que não se sabe onde seria feito".

Segundo Pacheco, a proposta da Funai pretende desapropriar uma área rural com 160 famílias de colonos, pequenos proprietários, com títulos de terra até do começo do século, algumas famílias de sem-terra e uma área de lotes urbanos (que estaria incluída nas terras demarcadas, em Chapecó), a sede Trentim, que conta inclusive com uma escola. Assim, diz ele, a Funai não apresenta uma proposta realmente negociada.

## RISCO

O antropólogo do Mirad ponderou o risco que significaria para 90 indígenas a retirada dos colonos de suas terras, "já que a pressão da população, da Igreja, dos políticos, é a favor dos colonos. É um problema econômico e principalmente ideológico. São 90 índios em meio a uma população de colonos racistas".

A noite, o superintendente da Funai, Apoena Meireles, esclareceu que a crítica que fez ao Mirad refere-se apenas à fase inicial dos trabalhos desenvolvidos. Nas etapas seguintes, que estão sendo feitas com o Ministério do Interior e a própria Funai, está havendo um trabalho de perfeita cooperação.

Apoena salientou que em outros casos essa cooperação entre Mirad e Funai já deu bons frutos, permitindo a delimitação de diversas reservas indígenas, como Guaporé, Sararé, Kalapó e outras.

## Cacique denuncia agitadores

Florianópolis — Com a chegada de aproximadamente dois mil índios, procedentes do Mato Grosso e do Rio Grande do Sul, além dos que se deslocaram de outras reservas existentes, em Santa Catarina, aumentou para 7 mil o número de indígenas concentrados em sede Trentim, onde 140 famílias de colonos disputam 1.885 hectares de terras situadas dentro da área da reserva Kaingangue. Os índios continuam acusando a Polícia Militar de Santa Catarina de estar dando total cobertura aos agricultores.

Segundo o cacique Ari Paliano, do Toldo Indígena de Chapecó, agitadores, infiltrados entre os colonos, querem que haja violência na disputa pelas terras, para que a proposta dos índios não prevaleça. Os indíge-

nas propõem que as duas partes unam suas forças para lutar pacificamente na justiça, contra quem vendeu as famílias de agricultores as terras da reserva.

O secretário de Segurança Pública de Santa Catarina, Heitor Sche, considerou infundada a denúncia feita pelo cacique Ari Paliano, mas confirmou a possibilidade de existirem agitadores entre os colonos. Defendendo a atuação da polícia na área, Heitor Sche disse que a presença da força policial foi solicitada pela própria Funai, e está se limitando a garantir a ordem. "A polícia não está na área para favorecer nenhuma das partes, mas para evitar que qualquer uma delas sofra atos de violência", assegurou.